

ATA DE REUNIÃO NOA/BELÉM/2025

Comissão de Gerenciamento de Ruído Aeronáutico

Pauta:

1. Apresentação da CGRA;
2. Fundamentações legais;
3. Objetivos;
4. Resultados anteriores;
5. Discussão;
6. Conclusão;
7. Recomendações.

Ata

No dia 04 de julho de 2025, às 10h00, reuniu-se no prédio administrativo da NOA a Comissão de Gerenciamento do Ruído Aeroportuário (CGRA), contando com a presença do Superintendente do SBBE, Rodrigo Garcia; da Equipe de Meio Ambiente, composta por Ana Beatriz Ramos, Kamilly Moura e Thayná Soares; da representante do setor de Manutenção, Lorena Senna; das coordenações de Operações, AVSEC e REA, representadas por Tarciera Vilar, Alexandre de Sousa e Diogo Freitas; e do Suboficial Rodrigo Bormann Garcia Valladão, representante da Torre de Controle (TWR-BE) do DTCEA-BE. Participaram remotamente os representantes do SGSO: Maurício Souza, Jolia Medeiros e Marlon Miranda.

Às 10h15, a Coordenadora de Meio Ambiente, Ana Beatriz Ramos, deu início à reunião, cumprimentando os presentes e destacando que esta é a primeira reunião da CGRA sob responsabilidade da Coordenação de Meio Ambiente. Reforçou, no entanto, que todas as decisões serão discutidas de forma conjunta entre os membros da comissão, sendo que a liderança permanece sob responsabilidade da Superintendência do Aeroporto de Belém.

A coordenadora explicou que a CGRA é composta por dois núcleos de atuação: CGRA Interna, que realiza reuniões trimestrais, e CGRA Externa, com reuniões realizadas semestralmente,



envolvendo representantes da comunidade e órgãos externos. Foi ressaltado que os integrantes de cada núcleo foram designados conforme suas áreas de atuação e competência institucional.

A comissão foi formalmente estabelecida por meio do Ato Administrativo nº 04/SBBE/2025, de 08 de abril de 2025, com o objetivo de cumprir as exigências do Plano de Zoneamento de Ruído (PZR) do SBBE, conforme disposto no RBAC nº 161, emenda 04, bem como promover o monitoramento da qualidade do ruído aeroportuário e garantir a transparência na comunicação com a comunidade do entorno do aeródromo.

A Coordenadora de Meio Ambiente, Ana Beatriz Ramos, destacou que o Plano de Zoneamento de Ruído (PZR) do SBBE é de 2017, e que, em função de alterações no zoneamento urbano ao longo dos anos, alguns pontos podem ter sofrido mudanças, exigindo nova análise. Em seguida, ressaltou que cabe à CGRA estudar e propor medidas para mitigar o impacto do ruído aeronáutico no entorno do aeródromo, realizar comunicações periódicas com autoridades e comunidade afetada, disponibilizar canais para recebimento de manifestações da população, dar tratamento adequado às reclamações e acompanhar as ações adotadas. Destacou ainda a obrigatoriedade de elaborar um projeto de monitoramento do ruído e um relatório anual com estatísticas de reclamações e principais temas discutidos. Por fim, explicou que, diante do aumento previsto nas operações em função da COP, torna-se fundamental alinhar o PZR com legislações municipais e estaduais, visando fortalecer a efetividade das ações de controle e mitigação.

A coordenadora Ana Beatriz informou que, até o momento, o relatório referente ao ano de 2024 não registrou manifestações relacionadas a ruído no canal oficial. Explicou que houve alteração no meio de comunicação com a população: além da plataforma "Reclame Aqui", o site da NOA agora conta com uma seção específica para reclamações de ruído aeronáutico. Destacou ainda que, no mesmo site, estão disponíveis os relatórios de ruído referentes aos anos de 2023 e 2024, bem como outras informações relevantes sobre o tema, com o objetivo de garantir a transparência e incentivar a participação da comunidade na identificação de situações críticas.

O Suboficial Rodrigo Valladão comentou que, apesar de atuar há 20 anos na aviação, a temática do ruído aeronáutico ainda é novidade para ele, e questionou se essas informações estão sendo divulgadas à comunidade. Ana reconheceu que a divulgação é um ponto importante a ser tratado pela CGRA e que essa reunião era o momento oportuno para discutir estratégias de comunicação com o entorno. Valladão reforçou a necessidade de engajamento da população e

perguntou se existem divulgações ativas para as comunidades próximas, destacando que, quanto maior a divulgação, maior a tendência de aumento no número de manifestações.

Também questionou se já há comunidades mapeadas e um planejamento de divulgação, inclusive sugerindo o uso de outdoors. Ana explicou que há contato com as secretarias municipais competentes e que a participação da comunidade na CGRA se dá por meio de representantes, como líderes comunitários. O superintendente Rodrigo Garcia ponderou que o uso de outdoors pode não ser a melhor estratégia, considerando que o público-alvo são as comunidades diretamente impactadas pela zona de ruído. Reforçou que a abordagem mais eficaz seria a divulgação direcionada, realizada dentro dessas comunidades. Lorena Senna complementou que, além de divulgar os canais para manifestação, é importante informar o que é o ruído aeronáutico, considerando que até mesmo profissionais da área, como o próprio Valladão, ainda têm pouco contato com o tema. Alexandre de Sousa sugeriu a produção de panfletos explicativos contendo exemplos do que se enquadra como ruído aeronáutico, com o objetivo de filtrar adequadamente as manifestações recebidas e evitar registros de ocorrências que não se relacionem diretamente ao tema.

Finalizando o assunto de divulgação, Ana Beatriz considerou todas as sugestões válidas e informou que será incluído um tópico específico sobre ruído aeronáutico no curso de meio ambiente oferecido internamente, como parte do processo para obtenção de credencial de acesso ao sítio aeroportuário.

A coordenadora Ana Beatriz informou que a equipe recebeu uma correspondência do CINDACTA, o superintendente complementou que a carta mencionava mudanças, especialmente relacionadas às trajetórias de decolagem das aeronaves. Ana apresentou o mapa anexo ao documento, e o superintendente solicitou o apoio do Suboficial Rodrigo Valladão para melhor interpretação. Valladão esclareceu que o mapa referia-se a modificações na altitude mínima para realização da curva após a decolagem. Segundo ele, aeronaves de pequeno porte já realizam a curva com base nessa nova altitude autorizada, e agora as aeronaves comerciais também estão autorizadas a iniciar a curva a partir de 1.200 pés, o que pode resultar em alteração da distribuição do ruído e, conseqüentemente, maior incômodo para a população residente nas áreas vizinhas ao aeroporto.

Ressaltou ainda que, embora a curva esteja autorizada a partir dessa altitude, cabe ao piloto a decisão de realizá-la nesse ponto ou em uma altitude superior. Explicou também que o mapa apresentado trata de trajetórias operacionais de chegada e saída, o que reforça sua importância na análise do impacto sonoro.

Diante dessas informações, Ana Beatriz reconheceu que a alteração pode resultar em ampliação da área de abrangência do PZR, conforme definida no mapa atual. O superintendente reforçou a necessidade de realizar o quanto antes o estudo da SEMAS e intensificar as visitas às comunidades localizadas nas áreas afetadas, especialmente após o dia 10, para levantamento da percepção do nível de ruído.

Durante a discussão, Maurício Souza questionou o critério de definição das comunidades impactadas, mencionando a existência de ocupações irregulares em áreas patrimoniais do aeroporto. Ana respondeu que será necessário verificar se essas comunidades estão, de fato, em situação irregular ou se possuem autorização de uso da terra, citando como exemplo outras comunidades próximas que possuem legalização. O superintendente esclareceu que o foco das ações deve se concentrar nas comunidades regulares localizadas próximas às cabeceiras das pistas. Ana solicitou, ainda, o apoio do Suboficial Valladão para interpretação de outros mapas aeronáuticos que possam vir a ser encaminhados futuramente, ao que Valladão se prontificou a colaborar com quaisquer esclarecimentos técnicos necessários. O superintendente sugeriu a realização de uma visita à Torre de Controle (TWR-BE) para melhor compreensão prática das alterações nas rotas, e Valladão confirmou a possibilidade da visita, ressaltando apenas a necessidade de agendamento prévio.

Maurício Souza destacou a realização de testes de motor nas cabeceiras das pistas e sugeriu que seria importante cobrar das companhias aéreas um estudo técnico sobre o nível de ruído gerado por essa atividade, uma vez que tal prática pode impactar diretamente na delimitação e revisão do PZR do aeroporto.

Encerrando a reunião, a coordenadora Ana Beatriz informou que, como encaminhamentos para a próxima reunião, será feito o envio das informações georreferenciadas à SEMA, para que o órgão possa dar continuidade aos estudos relacionados ao zoneamento de ruído. A partir do dia 10 de julho, a equipe intensificará as visitas às comunidades do entorno, com o objetivo de verificar na prática os impactos sonoros e avaliar possíveis alterações nos pontos do PZR, especialmente diante do aumento previsto nas movimentações aéreas. Ana também reforçou que será inserido um tópico sobre ruído aeronáutico no treinamento destinado aos funcionários do aeroporto, como forma de capacitá-los para identificar e relatar adequadamente situações de incômodo sonoro por meio dos canais oficiais disponíveis no site da NOA.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi assinada a lista de presença e a reunião foi encerrada às 10h55.



Belém/PA, 04 de julho de 2025.

